

Errando o alvo *dívida Ext*

Nos últimos dez dias, o novo negociador oficial da dívida externa brasileira, economista Pedro Malan, tem viajado pelas principais praças financeiras do mundo para conversar com banqueiros e autoridades. Seu objetivo é obter do maior número possível de bancos credores do Brasil a adesão ao acordo sobre juros vencidos negociado há algum tempo por seu antecessor, embaixador Jório Dauter, que o acompanha nessa viagem.

O clima entre os banqueiros tem sido favorável. Há boas razões para isso. Na semana passada, o governo brasileiro pagou aos credores US\$ 875 milhões referentes à primeira parcela dos juros vencidos a serem saldados ainda este ano (até o final do ano, os pagamentos totalizarão US\$ 2 bilhões).

Além de pagar a dívida, o governo brasileiro tem utilizado nos encontros com os credores uma linguagem muito diferente daquela empregada pela equipe econômica anterior. Malan não tem revelado detalhes de como o Brasil pretende negociar o principal da dívida externa contraída junto a bancos particulares, cujo montante é de US\$ 52 bilhões. Mas já está claro que as condições que a equipe anterior queria impor aos credores foram abandonadas. O governo pretende negociar utilizando os mecanismos já incluídos em acordos realizados por outros países. Entre os mecanismos estão a redução do valor devido, de acordo com o chamado Plano Brady, e a limitação da taxa de juros por um determinado período, transferindo-se o pagamento da eventual diferença para o período final do acordo. Um modelo de negociação lembrado é o da Venezuela.

Malan tem feito longas exposições e participado de intensas discussões nas reuniões com os credores. Tem também discutido isoladamente com dirigentes de alguns dos maiores bancos credores do Brasil. Mas, apesar de todo esse esforço no **front** externo, indispensável para que o Brasil retire a dívida externa da lista de problemas com os países desenvolvidos, Malan sabe que as batalhas decisivas serão mesmo travadas aqui no Brasil.

Durante sua passagem por Londres, ele disse que o ajuste duradouro da economia

brasileira depende do êxito do governo numa guerra a ser travada em três frentes de combate. Uma dessas frentes é o ajuste fiscal de modo que os governos dos Estados deixem de emitir títulos de dívida ilimitadamente, constituindo uma fonte adicional de emissão. É preciso fazer uma reforma tributária que, ao mesmo tempo, simplifique o sistema atual e assegure receitas em volume adequado ao setor público, cujas despesas, na área federal — como admite o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente —, foram comprimidas até o limite. Por fim, o governo precisa acelerar o programa de privatização, tanto para diminuir seus custos e combater os problemas fiscais como para criar alternativas à negociação da dívida externa.

Reformas como essas, porém, não se fazem sem apoio político. A história do Brasil não recomenda que se alimente a ilusão de que o Congresso aceite reformas estruturais, a não ser sob forte pressão da opinião pública. Ocorre que, no momento, existem todas as condições objetivas para que essa pressão se levante. As pesquisas realizadas pelos institutos especializados mostram que a opinião pública quer mudanças e sabe que elas são necessárias para recolocar o País na trilha do progresso. É preciso, agora, que o presidente Fernando Collor de Mello, a partir de sua posição privilegiada, assuma o papel didático de mostrar a essa opinião pública quais devem ser os rumos das mudanças e quais os obstáculos que precisam ser removidos.

Mas parece-nos que o presidente está errando o alvo. Enquanto continuar tentando extrair a chave da porta das mudanças dos políticos do Congresso, em sua esmagadora maioria interessados na manutenção do **status quo**, com o recurso a manobras políticas “padrão Quércia”, do tipo dessas que estão acontecendo no interior de São Paulo e aconteceram antes no Rio de Janeiro, o presidente Collor estará perdendo tempo e substância moral, dois dos ingredientes mais necessários à campanha pública que ele poderia estar liderando para levar o Brasil para onde ele diz que quer levá-lo.